

APRESENTAÇÃO
HISTÓRIA DIGITAL E TECNOLOGIA: MODIFICANDO A SOCIEDADE E A
NARRATIVA HISTÓRICA

Durante o ano de 2024, o colapso climático ocorrido no Rio Grande do Sul motivou uma iniciativa de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na criação de um "repositório de memórias" das enchentes que reúne diversos documentos, fotografias, reportagens e mídias digitais por meio da plataforma Wikimedia¹. Em 2021, diante da pandemia global Covid-19, o projeto #MEMÓRIASCOVID19² coletou fotos, vídeos, testemunhos escritos e orais em um site hospedado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No fatídico 11 de setembro de 2001, dois aviões sequestrados por membros da Al-Qaeda foram lançados contra as Torres Gêmeas em Nova York, desse ataque surgiu o September 11th Digital Archive³, um imenso banco de dados que preserva centenas de fotos, vídeos, áudios e textos produzidos durante esse evento. Todas essas iniciativas de guardar fontes e utilizar tecnologias digitais em prol da preservação da memória, assim como o manuseio de fontes nascidas digitais, são exemplos claros da urgência e relevância desta 14^a edição da Revista Hydra, que apresenta o dossiê temático intitulado "História Digital e Tecnologia: Modificando a Sociedade e a Narrativa Histórica".

Mais do que apenas utilizar tecnologias digitais para examinar problemas antigos, a História Digital nos desafia a refletir como os suportes digitais trouxeram novos desafios à disciplina histórica. Essa reflexão é tema central no trabalho da historiadora Anita Lucchesi⁴, precursora nos estudos brasileiros sobre História Digital e as implicações do digital na historiografia.

¹

Disponível

em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:2024_Rio_Grande_do_Sul_floods.

² Disponível em: <https://memoriascovid19.unicamp.br/>.

³ Disponível em: <https://911digitalarchive.org/>.

⁴ LUCCHESI, Anita. *História, internet e novas mídias. Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI*. Recife: EDUPE, 2022.

Lucchesi evidencia a importância de reconhecermos os efeitos que essa tecnologia encaminhou para a sociedade, como as mudanças nas percepções de tempo e espaço, nas dinâmicas de interação social e nas novas maneiras de documentar as ações humanas. Ao reconhecer tais efeitos, é possível examinar os vieses e discursos que os suportes digitais computam em seus sistemas. Logo, a História Digital e as tecnologias que compõem a sociedade atual são questionadas, colocadas sob uma lente de aumento – tal qual o arquétipo de historiador –, de maneira a transpassar a nuvem gráfica que o digital naturalizou como objetivo e imparcial.

É nesse contexto que o dossiê apresenta ricas discussões que questionam a neutralidade do digital e as transformações que ele tem ocasionado no meio social. No artigo de Rafael Meira de Oliveira, acompanhamos como tem sido feito o uso do alimento como oferenda no *butsudan* entre budistas (2016-2019) no YouTube, atribuindo especial atenção a ressignificação do Budismo japonês no Brasil. Ampliando o debate sobre a presença do digital nas diversas esferas sociais, George Leonardo Seabra Coelho, Maria Aparecida Pires Ribeiro, Arthur Ferreira Reis e Rodrigo Gouvêa Rodrigues tratam sobre as implicações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em relação ao ofício da pessoa historiadora, delineando as transições das TDIC até o florescimento da internet, destacando como essas mudanças intensificaram o debate sobre cibercultura e a Sociedade em Rede.

Ainda com a preocupação da profissão historiadora em relação ao ciberespaço, Viviane Cristine Pereira Nunes lança mão das potencialidades que o ciberespaço tem a oferecer para o profissional da área que vai além da atuação, apresentando-se também como um espaço político crucial para a proteção da história como ciência e para a manutenção da autoridade dos(as) historiadores(as); para isso ela aponta diversas discussões sobre a História Pública Digital que está preocupada com as nuances da autoridade

do historiador num ambiente digital. Bruno dos Santos Bengochea, dentro dessa discussão, vai evidenciar como o uso de um software de análise de conteúdo, como é o caso do IRAMUTEQ, proporciona uma investigação potencial e multi colaborativa nos estudos históricos.

O que se percebe, até a última menção dos artigos que compõem o dossiê temático, é justamente o forte interesse no que tange a autoridade do historiador frente aos avanços das tecnologias. Os artigos têm mostrado não apenas preocupações com a ausência de historiadores nos espaços virtuais, mas também os novos desafios que colocaram em xeque narrativas, metodologias e perguntas à historiografia. Parte dessa discussão é apontada por Gabriel Henrique de Souza e Cyntia Simioni França que colheram diversos depoimentos de trabalhadores rurais na cidade de Araruna, Paraná, e os disponibilizaram em uma plataforma digital visando difundir essas vozes que são frequentemente silenciadas. Esse trabalho se considera um trabalho de História Pública, campo que caminha lado a lado da História Digital, já que os suportes digitais permitem maior difusão do que os meios analógicos convencionais. A potencialidade de propagação que o ciberespaço carrega favorece a profusão de outras vozes pouco ouvidas, como é o caso relatado por Ygor Pires Monteiro sobre o documentário “Memória Sufocada”, que, além de uma produção audiovisual, é também um site que armazena e retrata diversos testemunhos da Comissão da Verdade referentes à ditadura civil-militar no Brasil. A preocupação do autor é pensar a construção de memórias e narrativas a partir da plataforma citada, notadamente as influências da internet sobre as disputas de passado no país.

Como se sabe, as potencialidades do virtual/digital dentro da Ciências Humanas e Sociais são também negativas, como é debatido por Thales Ferraz Silva através do programa “Alienígenas do Passado”, transmitido pelo canal History Channel, o qual difunde perspectivas generalistas e preconceituosas sobre as sociedades africanas, contribuindo para uma difusão degradante

desses povos na medida que o programa acaba por ensejar uma espécie de História Pública. Por essa razão, o autor busca contribuir para os debates dentro do campo da História Pública a partir desses outros formatos não ideais de divulgação do conhecimento histórico. Ainda na seara das diversas audiências que a história pode permear nos espaços digitais, Raquel Silveira Martins investiga o impacto do Covid-19 sobre revistas acadêmicas A1, que passaram a ocupar os espaços das mídias sociais, considerando postagens, comentários e links como fontes históricas em sua argumentação. No encerramento do dossiê temático, observa-se uma conexão entre política e os usos/abusos das mídias digitais que Ronald Cavalcante Castelo Branco e Claudia Cristina da Silva Fontineles vão lançar mão a partir de uma análise que pensa a cobertura midiática feita por entidades como a Revista Fórum, Brasil247, R7.com e PortalG1 em relação à PEC 55/2016 (teto de gastos) e a PLC 37/2017 (reforma trabalhista), discutidas durante o governo Temer.

A presente edição da Revista Hydra é enriquecida também pela seção de Artigos livres que congregam diversos temas de relevância e densidade. Dentre eles, está o artigo de Arhão Henrique Ramos da Silva analisando de que forma o geógrafo Pausâncias, século II d.C., representou o domínio romano sobre a Grécia a partir de uma captura de suas memórias. Avançando no tempo, Matheus Mazurkiewicz Sekikawa compara o poema Judite do século XI à homilia do abade Ælfric de Eynsham (c.950-c.1010), observando suas diferenças e o caráter político que possuem. Através de outro tempo, espaço, fonte e artífice, Roberto Junio Martinasso Ribeiro investiga cinco obras do holandês Frans Post resguardadas no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand; para o autor é importante observar o olhar lançado por Post sobre a paisagem sul-americana.

Ampliando ainda mais o escopo temático da seção de Artigos Livres, Luiza Ferreira de Oliveira Santos e Ana Luiza Jesus da Costa indagam como os projetos educacionais ajudaram na construção da Província de São Paulo

entre 1835 e 1846, evidenciando de que maneira as iniciativas influenciadas pelos ideais iluministas buscavam promover a civilização e a formação do povo no contexto do Império Brasileiro. Sob outra perspectiva, Thaís Mendes Moura Carneiro aborda os estudos de raça e gênero no século XIX a partir da escritora peruana Clorinda Matto de Turner, cujas obras foram analisadas à luz dos referenciais teóricos da História Intelectual e da História Social das Mulheres. Lara Lemes Luz, por sua vez, também analisa questões de gênero, mas no cenário brasileiro através das redes sociais, buscando compreender qual a influência que tais mídias exercem sobre os corpos femininos.

Retomando os debates dentro da História Pública presentes nas duas seções apresentadas até o momento, Matheus Henrique Cassanta Chaves faz uma revisão bibliográfica sobre o Rap no Brasil articulando a proposta da História Pública de difusão e democratização do passado. Filipe Carvalho Teixeira da Silva sinaliza, por outro lado, as pontes existentes entre historiadores públicos e professores de história na construção de uma educação antirracista. No encerramento da seção de Artigos livres, André Elias Barreto da Silva apresenta as relações possíveis entre o bolsonarismo e o fascismo, buscando problematizar, referenciar e situar essa discussão.

Erigindo maravilhosamente a seção Notas de Pesquisa, encontra-se uma profusão de temas instigantes e fundamentais. O trabalho de Maria Fernanda Pinheiro Oliveira exemplifica o perfil da seção ao investigar como o saber médico do século XIX associava ordem social e saúde pública. Sua pesquisa foca no discurso médico sobre frenologia no Brasil entre 1840 e 1860, ressaltando a influência desse conhecimento na legislação criminal. Matheus Cavalcanti Rodrigues, por outra via, analisa Capistrano de Abreu a partir de padrões disciplinares do campo geográfico e histórico. Tratando sobre construções do passado, Alícia de Brito Meneghetti Cunha encerra a seção de Notas de Pesquisa, ao apresentar o empreendimento de uma história



regional do Rio Grande do Norte a partir da revista do IHGRN, especialmente pelas comemorações do Centenário da Independência em 1922.

Na seção de Resenhas, Danilo Mendonça analisa a obra "Burning the Books: A History of Deliberate Destruction of Knowledge", de Richard Ovenden, que aborda a prática histórica de destruição intencional de livros e outros tipos de conhecimento.

Produzir conhecimento histórico na era digital e acompanhar as produções das ciências humanas e sociais é o perfil do 14º número da Revista Hydra. Com profunda gratidão, a equipe editorial agradece as valiosas contribuições das pessoas autoras e convida os(as) leitores(as) a mergulharem nos trabalhos excepcionais aqui reunidos. Uma leitura transformadora para todas as pessoas!

Guarulhos, 17 de setembro de 2024

Victória Siqueira Pereira
Conselheira Editorial da Revista Hydra